



Professora analisa problema de pirataria no Brasil

Estão longe os tempos em que pirata era um sujeito disposto a praticar saques em alto-mar, aliás muito diferente do corsário que era patrocinado por certos reinos ambiciosos. Dados da International Intellectual Property Alliance revelam que o Brasil é um dos mais lucrativos mercados para os piratas de software.

Aliás, a cultura brasileira de certa forma prestigia o produto pirateado, razão porque a indústria de software pretende lançar uma campanha nacional cujo lema será: “**Produto pirata – A vítima é sempre você**”. São enormes os malefícios que provocam tais produtos não só ao equipamento, mas também à economia nacional.

É a primeira vez que um dos mais importantes segmentos da economia reúne esforços pra combater a pirataria. Os prejuízos causados por tal prática espúria afetam o Brasil de forma social e econômica pelos milhares de empregos que deixam de ser criados e ainda pelos milhões de impostos que não são arrecadados pelo Governo brasileiro.

Além disso, ao comprar o produto pirata você está diretamente contribuindo para o crime organizado, para o tráfico de drogas e ainda alimenta um atentado ao próprio usuário.

O camelô é apenas a ponta do iceberg. Comercializam banalmente produtos falsificados, o que tipifica o art. 175 do CP que prevê expressamente a fraude no comércio, vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.

O problema da pirataria de software é bem complexo e não sabemos se podemos atribuí-lo ao seu alto preço do produto. Seja para conter os prejuízos causados pela tal pirataria, seja pela baixíssima renda *per capita* do brasileiro.

Vivemos em realidades distantes com relação aos EUA embora por aqui sejam praticados preços extremamente semelhantes. Há quem atribua problema um caráter mais cultural do que econômico.

Aparentemente, a indústria não demonstra intenção de reduzir os preços por causa da pirataria, mas requer ajuda do Estado para aplicar a sanção aos criminosos. Aliás, não raro inúmeras repartições públicas utilizam mesmo software pirateado.

Final, o Estado precisa proteger a indústria legítima que é motriz em gerar empregos e desenvolvimento social. Bem como dar o exemplo, e desembolsar verbas para adquirir o autêntico software.

A MPA – Motion Picture Association no Brasil explica através de seu diretor Carlos Camargo que já faz muita coisa como realizar investigações, prover preparação técnica de policiais e investigadores, apurações e apreensões. E assevera que “o país que não respeita direitos autorais é visto como um cassino, sem compromisso comercial”.



Recentemente o Departamento de Justiça dos EUA fez treinamentos de profissionais de diversos setores como Receita Federal, Polícias Federal, Militar e Civil de vários Estados brasileiros aprenderam a identificar os CDs, DVDs, software e outras mercadorias falsificadas, além de informações sobre a legislação aplicável aos direitos autorais e à propriedade intelectual.

O Estado tem assumir a responsabilidade pela repressão ao crime, é a impunidade que garante o grande lucro dos criminosos à custa também da música brasileira. É enorme a indignação de inúmeros artistas e músicos que tem seus direitos autorais aviltados pelos falsificadores de CDs.

O Brasil guarda o triste privilégio de ocupar a segunda posição no ranking mundial de pirataria de CDs, só perdendo mesmo para a China.

Hoje, existe a realidade do software de código aberto (ou seja, livre) como as versões do Linux, completamente gratuitas na Internet que são tão boas quanto o próprio Windows. Mas é ainda um setor pouco desenvolvido e há o problema da uniformização do uso, pois alguns programas são bem mais conhecidos e operados do que estes gerando assim uma certa rejeição operacional de grande expressão por parte das empresas usuárias.

Com melhores informações e técnicas as polícias brasileiras poderão reprimir de forma adequada o crime da pirataria de software. Aguardemos com esperança.

Date Created

08/05/2002